

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E RESILIÊNCIA NA ACOLHIDA NA COLÔNIA-SC COMMUNITY BASED TOURISM AND RESILIENCE IN ACOLHIDA IN COLONIA-SC TURISMO COMUNITARIO Y RESILIENCIA EN LA ACOLHIDA EN COLONIA-SC

MARINÊS DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI

Universidade Federal do Paraná, Brasil¹

LARA BRUNELLE ALMEIDA FREITAS²

Universidade Federal do Paraná, Brasil

DANIELE LIMA GELBCKE³

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Brasil

LUCILENE ASSING⁴

Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, Brasil

RESUMEN

La economía global se vio afectada por la pandemia de COVID-19, pero algunos sectores se vieron más impactados, como el turismo, provocando la cancelación de viajes y el cierre de establecimientos. Estos hechos plantean reflexiones sobre la resiliencia ante las incertidumbres que afectan al sector. Así, el objetivo fue comprender las estrategias de resiliencia encontradas por la Asociación Agroturismo Acolhida de Colônia. La metodología se basó en una investigación aplicada con enfoque cualitativo de carácter exploratorio, bibliográfico y documental a partir de datos primarios y secundarios. Se encontró que el principio de cooperación y networking, favorecido por los vínculos afectivos de los asociados con sus clientes, impulsados por relaciones de confianza preestablecidas, condujo al surgimiento de grupos de consumidores. La resiliencia se manifestó en acciones de articulación y movilización interna, orientadas a vender productos y mantener fuentes alternativas de ingresos para las familias campesinas.

Palabras clave: Resiliencia; COVID-19; Turismo Comunitario; Acolhida na Colônia; Brasil.

ABSTRACT:

The global economy was affected by the COVID-19 pandemic, but some sectors were more impacted, such as tourism, leading to the cancellation of trips and the closure of establishments. These events

Fecha de Recepción: 28 de agosto de 2023 Fecha de Aceptación: 7 de diciembre de 2023

¹ E-mail: Marinesw@gmail.com

² E-mail: lara.brunelle@ufpr.br

³ E-mail: dani.gelbcke@gmail.com

⁴ E-mail: luciassing@hotmail.com

raise reflections on resilience in the face of uncertainties that affect the sector. Thus, the objective was to understand the resilience strategies found by the Association the Agroturismo Acolhida of Colônia. The methodology was based on applied research with a qualitative approach of an exploratory, bibliographical and documental nature based on primary and secondary data. It was found that the principle of cooperation and networking, favored by the affective ties of associates with their customers, driven by pre-established trust relationships, led to the emergence of consumer groups. Resilience manifested itself in internal articulation and mobilization actions, aimed at selling products and maintaining alternative sources of income for farming families.

Keywords: Resilience; COVID-19; Community-based tourism; Acolhida to the Colônia; Brazil.

RESUMO:

A economia global foi afetada pela pandemia do COVID-19, mas alguns setores foram mais impactados, como o turismo, levando ao cancelamento de viagens e o fechamento de estabelecimentos. Esses acontecimentos suscitam reflexões quanto à resiliência mediante incertezas que afetam o setor. Assim, objetivou-se compreender as estratégias de resiliência encontradas pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A metodologia foi com base em pesquisa aplicada com abordagem qualitativa de caráter exploratória, bibliográfica e documental a partir de dados primários e secundários. Constatou-se que o princípio da cooperação e do trabalho em rede, favorecido pelos laços afetivos dos associados com seus clientes, conduzidos pelas relações de confiança pré-estabelecidas, originaram o surgimento de grupos consumidores. A resiliência manifestou-se em ações de articulação e mobilização interna, visando escoar os produtos e manter fontes alternativas de renda para famílias de agricultores.

Palavras-chave: Resiliência; COVID-19; Turismo de base comunitária; acolhida na Colônia; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que essencialmente envolve deslocamento e contato entre diferentes sujeitos e lugares (Paiva, 2012), sendo estruturado a partir dos seus recursos naturais, culturais, sociais e patrimoniais, atributos elementares ao seu desenvolvimento (Freitas & Lima, 2020; Lopes & Rodrigues, 2009). Apesar do notável crescimento global na última década, com 1,4 bilhões de turistas e ganhos de US\$ 1,7 trilhão em 2019 (Unwto, 2019), a pandemia de COVID-19 alterou drasticamente sua dinâmica (Leite et al., 2020; Santos et al., 2021).

As restrições de contato para controlar a transmissão do vírus resultaram em impactos significativos, destacando a vulnerabilidade do turismo diante dessa crise (Leite et al., 2020; Santos et al., 2021). Embora crises de diversas naturezas, como políticas (guerras e terrorismo) e econômicas, ambientais (ciclones, terremotos, etc.), humanitárias e sanitárias, entre

outras, não sejam acontecimentos novos, a necessidade de resiliência tornou-se evidente (Lima, Irving & Oliveira, 2022), demandando a urgência de novas posturas por parte dos destinos enquanto agregados de produtos turísticos e de novos comportamentos dos consumidores e (Panosso Netto, Oliveira & Severini, 2020).

Na pandemia da Covid-19, o número de turistas estrangeiros caiu 65% entre janeiro e junho de 2020, 440 milhões de turistas a menos em comparação com o mesmo período de 2019, no Brasil. No mundo inteiro, o setor que mais sofreu foi o de agenciamento e organização de viagens, seguido de transportes rodoviário e aéreo, e depois pelos setores de bares e restaurantes, que tiveram uma queda média significativa de quase 60% na produção. A projeção das perdas econômicas do turismo, em comparação ao Produto Interno Bruto de 2019, totalizaram R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020/2021, uma queda de 21,5% na produção total do período (Unwto, 2020). Nesse cenário, o Conselho Mundial de Viagens assinalou cerca de 100 milhões de empregos perdidos (Wttc, 2020).

Galvani et al. (2020) argumentam que, a pandemia do novo coronavírus é um resultado direto da globalização, e o turismo internacional, um dos responsáveis pela sua rápida disseminação por todo o planeta. Isto explica o porquê de os setores econômico ter sido um dos mais afetados pelos bloqueios e restrições de viagens. Com esse impacto, o setor passou a refletir sobre estratégias para se adaptar à nova realidade, entre elas a adoção de protocolos de segurança sanitária, redução do atendimento e organização dos destinos. A mobilidade reduzida, sobretudo entre países, o receio em utilizar meios de transporte coletivos, redes hoteleiras e conviver com grande fluxo de pessoas tem mudado o hábito dos consumidores. A tendência, principalmente no curto prazo, é que as pessoas procurem destinos mais próximos, onde possam se deslocar com veículo próprio, obtenham um atendimento mais exclusivo e atividades ao ar livre.

Neste cenário, alguns segmentos ou mesmo formas de pensar e desenvolver o turismo ganham visibilidade, sobretudo aquelas antagônicas ao turismo de massa, que disponibilizam atividades e serviços em pequena escala, estão localizados em sítios mais remotos e oferecem atividades voltadas às experiências mais autênticas e autóctones (Vásquez & Villegas, 2022). O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo alternativo de turismo (Faxina & Freitas, 2021), que se encaixa nesta forma diferenciada de promover o turismo. Pois, o TBC tem como premissas: o protagonismo das comunidades na gestão e oferta de bens e serviços; o uso de recursos culturais, naturais, patrimoniais e estruturais endógenos de cada localidade; a sua associação com a sustentabilidade e o desenvolvimento local (Faxina & Freitas, 2021; Fabrino, Nascimento & Costa, 2016; Icmbio, 2019; López-Manzanares & Sánchez-Mateos, 2017;

Sampaio & Zamignan, 2012; Moraes, Mendonça & Pinheiro, 2017; Pilquimán-Vera, 2016). Dentre seus princípios, estão: conservação da biodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum, transparência, partilha cultural, estímulo à reflexão e ao aprendizado, dinamismo cultural e, complementaridade a outras atividades econômicas (Icambio, 2019).

Ainda que a busca por experiências mais autênticas seja uma tendência, as iniciativas de TBC são tímidas quando comparadas ao turismo convencional, recebem pouco incentivo de políticas públicas (Vásquez & Villegas, 2022), e geralmente são invisíveis aos olhos do *trade* turístico. Neste momento, todavia, alguns dos princípios defendidos pelo TBC ganham visibilidade nas reflexões e no desenvolvimento de estratégias para fazer frente à crise gerada pelo Covid-19, entre eles, o turismo de baixa escala e o contato com a natureza como uma forma de romper com a rotina das cidades, e buscar o convívio minimizando os riscos. Nesse sentido, acredita-se que a ênfase na biodiversidade, na conservação do patrimônio e no localismo, além da segurança sanitária, será fundamental para atrair visitantes desconfiados (Lencastre, 2020).

Por exemplo, viajar mais lentamente ou *slow tourism*, é uma abordagem que vem aprofundando a interação com as comunidades e suas culturas, e tem se mostrado uma tendência contrária ao turismo de massa (Walker, Lee & Li, 2021). Embora surjam convergências, é precipitado afirmar que estamos diante de um novo paradigma do turismo, mas as consequências da pandemia sobre o setor, tem promovido reflexões e mudanças de comportamento, que tendem a se perpetuar no período pós-crise.

Ao mesmo tempo, analisar as experiências de turismo mais autóctones, de pequena escala e desenvolvidas em ambientes naturais, como é o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC), uma experiência pioneira de agroturismo na Região Sul do Brasil, pode trazer elementos importantes, sobretudo com relação à sua capacidade de resiliência frente às crises.

Nesse panorama, esta pesquisa tem o propósito de demonstrar a resiliência dos associados da AAAC diante da crise da Covid-19, explorando um caso de TBC. O objetivo é compreender as estratégias resilientes adotadas pela Associação. Para tanto, foi realizada pesquisa de caráter exploratória, bibliográfica e documental com base em dados primários e secundários e observação participante *in loco* da equipe técnica e de multiplicadores da AAAC. Evidenciaram-se possibilidades de enfrentamento, a partir da diversificação de renda e da aproximação com os consumidores e produtores familiares, fortalecendo princípios do TBC.

Na sequência, será abordado o conceito de TBC como uma proposta de convivência local; o turismo rural e suas

potencialidades e; a resiliência no turismo como forma de superar as adversidades e oportunizar novos negócios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se os principais conceitos e premissas do Turismo de Base Comunitária (TBC) referente aos espaços onde ocorrem trocas de experiências e convivências no local visitado, sustentando uma mentalidade solidária e coletiva, além de colaborativa.

2.1 Turismo de Base Comunitária

A demanda por fontes alternativas de renda e o desejo de superar a pobreza serviu de catalisador para atividades como as pequenas agroindústrias domésticas, o turismo e os ecomercados em muitas comunidades (Maldonado, 2009). Este processo, aumenta a dependência do mercado, desmembramento de territórios, perda da identidade cultural, enfraquecimento de instituições e coesão social (Maldonado, 2009; Lencastre, 2020).

Nesse panorama, discutem-se propostas alternativas de se conceber viagens, tais como: ecoturismo, turismo verde, turismo sustentável, turismo responsável, turismo leve, turismo alternativo, turismo de nichos, turismo rural, turismo comunitário, novo turismo, turismo brando, entre outros (Bauer & Panosso Netto, 2014). Outro tema que reforça o debate atual, é o “*overtourism*”, fenômeno que ocorre em destinos turísticos onde anfitriões e convidados, moradores ou visitantes, se deparam com um número massivo de visitantes, ocasionando impactos negativos (Panosso Netto, Oliveira & Severini, 2020). Paralelamente discute-se, a monocultura do turismo, ou seja, a forte dependência econômica sobre um mesmo setor, que no turismo é agravada pela sobrecarga na infraestrutura urbana e na população local (Settis, 2020).

Independentemente da discussão sobre nomenclaturas e tendências, é sobressaliente o impacto que o turismo mundial sofreu mediante à crise do covid-19, que somado a mudança de comportamento dos consumidores, fomenta a discussão sobre possíveis alternativas para o turismo. E somado, as novas exigências da demanda turística mundial, especialmente pós-pandemia, o mercado turístico estimulou inserção de novos atrativos, apontando para a diversificação e para o estímulo às potencialidades locais e regionais (Lima, Irving & Oliveira, 2022). Fatores como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar os ativos endógenos regionais (Maldonado, 2009).

É nesta pauta que o TBC pode suscitar novas reflexões. Pois, ele emerge a partir da necessidade de dinamizar as atividades no campo e frear o processo de especulação imobiliária e do turismo de massa em áreas litorâneas, além de

ser uma proposta para resgatar a estima das comunidades e a defesa do território (Pilquimán-Vera, 2016).

Segundo Blackstock (2005), o desenvolvimento comunitário visa transformar as localidades em modelos sustentáveis, tendo como preceitos, a justiça social e respeito mútuo, visando eliminar barreiras à participação popular e promover uma emancipação coletiva das questões locais. Entretanto, Okazaki (2008) destaca algumas dificuldades como a falta de articulação comunitária, pois, para atingir seus objetivos, deverá ser acompanhada da redistribuição do poder. Já, para Mayaka, Croy & Cox, (2018), a participação da comunidade surge como um desejo e não uma característica inerente ao TBC. Além disso, o desenvolvimento comunitário é impelido por um imperativo econômico neoliberal na busca de sustentar uma “indústria” do turismo em resposta às novas exigências mercantis (Blackstock, 2005; Graciano & Holanda, 2020).

O TBC pode ser definido como uma modalidade de turismo composta por empreendimentos sociais que oferecem, aos seus visitantes, atividades chamadas de vivências ou convívios, apoiadas em uma economia colaborativa, compartilhada em rede (Grimm & Sampaio, 2011). Essas vivências ocorrem, em sua maioria, durante as visitas em unidades de conservação, onde também ocorre uma maior familiaridade entre os *hosts* e a natureza “nas hospedagens em casas de famílias onde as relações se tornam mais próximas, íntimas e autênticas, como também na participação em festas populares e folclóricas locais onde se vivencia a cultura local” (Grimm & Sampaio, 2011, p. 8).

O TBC iniciou em iniciativas da América Latina na década de 1980 através do Turismo Rural Comunitário (TRC), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento, visando suprir uma demanda internacional de turistas que buscavam contribuir para a preservação do meio ambiente e da diversidade das comunidades (Maldonado, 2009; Silva & Martins, 2012). As iniciativas são mais frequentes no hemisfério sul, em continentes como África, Ásia, Oceania, como em países da América Latina, a saber: Brasil, Equador, México e Peru (López-Guzmán et al., 2011). E, por meio de iniciativas familiares com estímulos governamentais, vem se expandindo na Argentina, Chile, Honduras e Nicarágua (Faxina & Freitas, 2021).

Por conseguinte, o desenvolvimento da atividade turística nas comunidades ocorre de muitas maneiras, pois cada localidade possui suas peculiaridades, que influenciam no processo de implantação do TBC. Assim, devido à diversidade das potencialidades socioambientais e culturais, e à complexidade que envolve tomadas de decisão inerentes ao desenvolvimento do turismo por distintos atores, existem entraves para a consolidação do TBC (Faxina & Freitas, 2021).

Outrossim, estudos de Sansolo e Bursztyn (2009, p. 145) apresentam uma revisão das principais pesquisas sobre a

“relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras” e os principais conceitos utilizados para definir esse segmento, como turismo comunitário, de base comunitária e/ou rural comunitário. Essa abrangência de termos utilizados no Brasil, principalmente, se relaciona com a vasta diversidade cultural e ambiental existente no País. Para Lima, Irving e Oliveira (2022, p. 3), “o denominado turismo de base comunitária (TBC), passou a ser interpretado e debatido na literatura acadêmica e nas narrativas de políticas públicas, como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local”.

Nesta perspectiva, em uma recente pesquisa realizada por Almeida e Emmendoerfer (2023), destacam-se as seguintes nomenclaturas: turismo de base comunitária e desenvolvimento local; turismo comunitário e desenvolvimento local; turismo de base comunitária e desenvolvimento territorial local; e turismo comunitário e desenvolvimento territorial, demonstrando evolução conceitual sobre a temática.

Para a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol, 2020), o TC é uma forma de organização empresarial sustentada em um território por meio da autogestão dos recursos comunitários por meio de práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados, além de promover o encontro cultural entre a comunidade e o visitante. O TC é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, com base na gestão comunitária familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (Lima & Silva, 2019; Tucum, 2020).

Guzzatti (2010) pondera que o TBC é projetado necessariamente com a comunidade, ou seja, nunca “para” a comunidade e dificilmente somente “pela” comunidade. E no meio rural, estas iniciativas mobilizam parte da população local, valorizam as produções agrícolas e artesanais, gerando renda apta a contribuir ao financiamento de novos projetos (educação, cultura, saúde, meio ambiente, produção). Sendo o TBC, um elemento de dinâmica social, fator de abertura, de respeito, de escuta e de trocas culturais. E por este encontro de culturas, o autor coloca em perspectiva a evolução das sociedades, criando condições para novas solidariedades entre pessoas de culturas diferentes.

Enquanto “nova concepção de turismo, o TBC é também influenciado pelas mudanças no perfil do turista contemporâneo, o qual busca por experiências turísticas com valores naturais e culturais, que primam pela autenticidade e originalidade dos lugares e pela responsabilidade e preocupação com a biodiversidade, por meio da interação com a comunidade visitada” (Moraes et al., 2017, p. 14). Nesta perspectiva, o TBC pode ser alinhado ao modelo de desenvolvimento local sustentável, definido como a atividade do turismo que é

apropriada, operada, gerida ou coordenada ao nível da comunidade, visando o próprio bem-estar, com suporte nos meios de subsistência sustentável, proteção aos valores socioculturais naturais tradicionais e aos recursos patrimoniais culturais e naturais (Okazaki, 2008). Além disso, o TBC tende a ser um modelo de turismo que favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo da vida em sociedade, à medida que promove a qualidade de vida, o senso de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento dos indivíduos (Irving, 2009).

Sob esta ótica, observa-se que o turismo pode levar ao desenvolvimento de um processo de transformação social que supõe uma acumulação e interação do capital humano, institucional e físico. As iniciativas que levam em conta essas proposições se configuram como um turismo responsável que reforça e valoriza a identidade e as culturas locais, fortalece a participação da comunidade e incita o conhecimento e a mútua aprendizagem entre turistas e residentes, gerando um intercâmbio solidário entre as partes (Fuentes-Moraleda, Muñoz-Mazón & Rodríguez-Izquierdo, 2016; Onyx, Edwards & Bullen, 2007; Brusadin & Panosso Netto, 2016). Cabe destacar ainda que, no TBC, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais praticadas pela comunidade (Bursztyn et al., 2009), que são justamente compartilhadas com os turistas para mostrar o modo de vida dos comunitários. Embora cada conceito aborde algumas especificidades, existem princípios comuns entre as diversas definições, quais sejam: autogestão; organização comunitária; democratização de oportunidades e benefícios (Faxina & Freitas, 2021; Walkowski, Damo & Loch, 2017).

Destaca-se que o TBC tem se tornado cada vez mais relevante após a pandemia do Covid-19, à medida que a experiência desenvolvida nas comunidades são um diferencial, ao mesmo tempo que, podem ser consideradas uma grandeza subjetiva e se tornam memoráveis a partir das atividades que promovem o intercâmbio de hábitos e costumes que se diferem em cada propriedade, local e/ou destino visitado. Uma experiência não é um constructo nulo, é uma oferta como qualquer serviço, bem ou mercadoria (Pine II & Gilmore, 1999), que no caso do TBC, é acrescida das vivências singulares que vem atraindo cada vez mais visitantes, dispostos a conhecer estas iniciativas e a fugir de destinos massificados (a exemplo do fenômeno *overtourism*). Portanto, é neste sentido que as atividades de turismo no meio rural e em contato com a natureza, ganharam ainda mais visibilidade.

2.2 Turismo Rural

As primeiras experiências turísticas como atividade econômica no espaço rural, surgiram em meados do século XX, com destaque na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, as

primeiras iniciativas de Turismo Rural (TR) ocorrem em 1980, seguido da Argentina e Uruguai, e em 1990, no Japão, na África e na Oceania, assim como em outros países como Mongólia, Madagascar e Ucrânia, nas décadas seguintes (Roque, 2009).

No Brasil, em 2003, o Ministério do Turismo, com base no envolvimento de parcerias públicas, privadas e setores organizados, estabelece as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Estas diretrizes estão vinculadas ao Programa de Regionalização do Turismo, cujo objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território, a fim de fortalecer os laços comunitários e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitando as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

Também, em 2003, surge o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, com a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Turismo, na busca por benefícios sociais que se refletem na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade. Por este motivo, muitas famílias agregaram diferentes formas de geração de emprego e renda, a partir da comercialização de produtos e serviços turísticos no meio rural.

O TR “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2010, p. 18), que abrange o agroturismo "segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos" (Guzzatti, 2010, p. 53) – objeto de análise a partir da experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC).

O Agroturismo se tornou um fenômeno crescente e com oportunidades de desenvolvimento, à medida que possibilita a integração da renda agrícola por meio dos serviços turísticos oferecidos no interior dos estabelecimentos com atividades agropecuárias produtivas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade (Fantini et al., 2018; Silva, Vilarinho & Dale, 1998). O termo surgiu a partir de experiências europeias, onde as atividades turísticas são organizadas e administradas com a presença do proprietário, como forma complementar de atividades de renda (De Lourdes, 2023). Essa atividade tornou-se uma das tendências emergentes da demanda turística nos últimos anos, atendendo a um consumo menos massificado (Fantini et al., 2018).

Atualmente, os efeitos da pandemia indicam uma tendência em que as pessoas buscam destinos mais próximos, possibilitando deslocamento por meio de veículo próprio, e demandam atendimento mais exclusivo, juntamente com atividades ao ar livre (Galvani et al., 2020). A AAAC responde bem a essa demanda, visto que as propriedades estão inseridas em espaços rurais, de municípios pequenos em sua maioria, e menos atingidos pelo Covid-19. A noção de resiliência no turismo, por sua vez, possibilitou e reinvenção e adequação de algumas atividades de TR para lidar com as adversidades geradas durante o período de pandemia do Covid-19.

2.3. Resiliência no Turismo

De forma genérica, a resiliência é compreendida como a capacidade de resistir ou de se recuperar de adversidades e interrupções (Jones & Comfort, 2020). O conceito de resiliência vem sendo incorporado nas diversas áreas do conhecimento, desde a física até as ciências humanas (Lew et al., 2020; Costa et al., 2017; Jones & Comfort, 2020). No turismo, a sua adoção é relativamente recente, e surge diante na necessidade de pensar estratégias para enfrentar às inúmeras questões que afetam o setor, tais como: crises econômicas; crises políticas; aumento da incidência de eventos climáticos extremos; contribuições do tráfego aéreo e de cruzeiros na emissão de gases de efeito estufa; impactos ambientais gerados pelo turismo em áreas frágeis, e/ou sociais em comunidades tradicionais e remotas; crises sanitárias; entre outros (Lew et al., 2020; Costa et al., 2017).

Para alguns acadêmicos, o conceito de resiliência tem sido usado como sinônimo de sustentabilidade, afirma Jones e Comfort (2020). Esse conceito foi reconhecido como capaz de apreender aspectos importantes da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, reconhecer a capacidade das comunidades de se adaptarem e de sustentarem seus empreendimentos turísticos (Espiner, Orchiston & Higham, 2017). Sendo assim, aliado aos princípios de sustentabilidade (como a justiça e a equidade social), a resiliência é entendida como uma característica (Blandtt, 2009; Carpenter et al., 2001), sobretudo nas atuações relativas ao planejamento e/ou gerenciamento turístico, visando diminuir, resistir e superar determinados impactos oriundos das mudanças provenientes de um mundo complexo e desequilibrado (Lima, Irving & Oliveira, 2022).

Já, no campo das ciências sociais, a resiliência está relacionada à capacidade das comunidades de lidar com o estresse externo ou distúrbios resultantes de mudanças sociais, políticas e ambientais, caracterizados pelas incertezas e imprevisibilidades (Adger, 2000). Tyrrell & Johnston (2008) abordam a resiliência no campo do turismo como a capacidade dos sistemas sociais, econômicos ou ecológicos de se recuperarem do estresse induzido, devido à própria

complexidade que a atividade turística exerce em diferentes ecossistemas.

Ainda, observa-se que o conceito de resiliência tem várias interpretações. Na área do desenvolvimento humano, o seu estudo busca compreender como pessoas expostas a situações de estresse e adversidades conseguem superá-las, e até saírem fortalecidas (Infante, 2005). No turismo, Lew et al. (2017); Jones e Comfort (2020), alegam que está ocorrendo uma mudança paradigmática no planejamento do turismo à longo prazo, em que o foco na sustentabilidade está sendo aprimorado pela aplicação da resiliência. Costa et al. (2017), vai além e defende a ideia de que a resiliência deve estar presente não apenas no planejamento, mas depende da atitude resiliente dos agentes na atividade, sobretudo os gestores.

A resiliência, vista como um referencial para entender e abordar o desenvolvimento comunitário, emergiu a partir dos estudos ecológicos na década de 1980, mas só recentemente, a partir de meados dos anos 2000, emergiu como forma de responder e se adaptar às crescentes mudanças antropogênicas do planeta. Contudo, sustentabilidade e resiliência são perspectivas ligeiramente diferenciadas do mesmo fenômeno, que se assemelham em termos de objetivos, podendo ser aliadas no desenvolvimento do turismo comunitário (Lew et al., 2016).

Algumas organizações internacionais adotaram tal conceito como estratégia para superar crises e subsidiar respostas às mesmas. A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), por exemplo, criou a Campanha Cidades Resilientes para a Redução de Desastres, e inseriu o conceito no Objetivo 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, qual seja “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Brasil, 2020). A Organização Mundial do Turismo (OMT) também incorporou o tema da resiliência para pensar o turismo, estabelecendo o Comitê de Resiliência no Turismo (TRC), durante a 84ª Conferência do Conselho Executivo da OMT realizada em 2008, em Madri, Espanha. Tal comitê foi acordado à época para fazer frente aos impactos da recessão econômica. Ainda, vale destacar que adotar uma abordagem de resiliência no turismo requer trabalhar esse conceito junto aos atores envolvidos na atividade, elaborar as medidas necessárias que conduzam o desenvolvimento desta perspectiva, mas também adaptar as metodologias já existentes, como a de análise do comportamento resiliente da Sociedade Brasileira de Resiliência e aquelas da Construção de Cidades Resilientes da ONU (Costa et al., 2017).

Costa e Sonaglia (2020), destacam que a atividade turística envolve a gestão pública, a privada e as diversas instâncias sociais para seu pleno desenvolvimento, ainda que haja poucas experiências de inclusão efetiva da população local na tomada de decisões. Para Beni (2012), a ausência de atenção e consideração com relação à inclusão da população local nos

processos produtivos, gera um grande vazio na participação efetiva da comunidade, devido à falta de sensibilidade, conhecimento e apreensão mental das lideranças públicas e empresariais com relação ao que é desenvolvimento endógeno. Para tanto, se faz necessário criar um ambiente institucional envolvendo os diversos segmentos, como a esfera pública e privada, da sociedade civil e demais setores. A resiliência deve, portanto, ser incorporada na gestão e no planejamento do turismo, e isto só pode ser alcançado mediante uma mudança de comportamento dos gestores do turismo, “estando essa voltada, sobretudo, para o entendimento da importância de suas ações, da sua capacidade enquanto agente articulador de mudanças e da promoção do equilíbrio entre a gestão e as necessidades das localidades” (Costa et al., 2017, p. 31).

A partir dessa discussão, Jones e Comfort (2020), destacam que a resiliência não está sendo adotada apenas no campo das pesquisas, mas há um interesse emergente de planos mais amplos de desenvolvimento do turismo resiliente, que envolvem vários desafios para o setor do turismo, como os riscos naturais e mudanças demográficas, embora a resiliência às mudanças climáticas ainda seja o foco principal. A exemplo do que foi discutido, algumas iniciativas empreendedoras surgiram no território brasileiro e outras, tiveram que se adequar e dinamizar suas atividades, como é o caso da premiada agência Braziliando, cujas experiências de TBC durante a pandemia do covid-19 foram co-criadas com a comunidade, envolvendo sua contribuição em elementos como roteiro, remuneração, manual de conduta, capacidade de participantes e plano de mitigação de riscos.

3. METODOLOGIA

A Metodologia deste estudo consiste em pesquisa aplicada com abordagem qualitativa de caráter exploratório, bibliográfico e documental. A pesquisa é considerada exploratória, visto que busca realizar um estudo preliminar do objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa é muito utilizado para familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que pesquisas subsequentes possam ser concebidas com uma maior compreensão e precisão (Gil, 2011). Assim, buscou-se compreender as estratégias de resiliência encontradas pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC), com o objetivo de contribuir com o tema da resiliência no turismo, a partir de uma perspectiva pouco avaliada, o Turismo de Base Comunitária (TBC).

Nesta etapa ocorreu revisão bibliográfica integrativa acerca das temáticas, Turismo de Base Comunitária e Resiliência, mas também dados e estudos que relacionam o turismo com a Covid 19, para contextualizar o estudo de caso. A revisão permitiu apresentar uma síntese da seleção e

sistematização de produções bibliográficas que abordam conceitos, princípios, iniciativas locais e globais, fatores limitantes e potencialidades que auxiliaram no estabelecimento de relações entre TBC, resiliência e o estudo de caso “Acolhida na Colônia”. Tais produções bibliográficas foram consultadas nas bases eletrônicas de dados: *Scientific Electronic Library Online*, Indexação Compartilhada de Periódicos, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Biblioteca Virtual da Universidade de São Paulo e Biblioteca Digital Mundial, durante os meses de setembro 2021 e julho 2022.

Os dados primários foram obtidos a partir da revisão bibliográfica integrativa e da observação participante *in loco*, visto que dentre as autoras do presente artigo está a técnica que assessora a AAAC, tendo participado de todo o processo de organização da iniciativa das cestas, elaborado os materiais de comunicação direcionado aos consumidores e participado das constantes avaliações do processo e proposição de melhorias. Os dados secundários, como atas de reunião, estatuto e diretrizes da AAAC foram disponibilizados pela própria organização, e as legislações estaduais que dispõem sobre políticas de incentivo ao microprodutor rural catarinense e de gestão da crise sanitária da Covid-19 (Lei n. 16.971/2016 e Decreto n. 1559/2018) foram sondadas na internet. As consultas documentais ocorreram nos meses de setembro a dezembro de 2021.

A observação participante foi importante ferramenta de coleta de informações, visto que através dela, o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Para Minayo (200, p. 59-60), “a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”.

Para nortear o rigor metodológico em curso foram delimitados critérios, observados, descritos e analisados, a saber: (i) a existência de atividades pluriativas na iniciativa avaliada, ou seja, a presença da produção agrícola e do turismo; (ii) ações coletivas em redes de confiança e solidariedade durante a pandemia da covid-19; (iii) a presença de princípios do turismo de base comunitária no caso estudado. O recorte temporal considerando foi maio de 2020 a dezembro de 2021, referente respectivamente ao surgimento da iniciativa e ao período pandêmico.

Destaca-se que a abordagem qualitativa requer abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo, para a realização da coleta de dados (Cardoso, 1988). A observação permite coletar dados que mesmo sendo de natureza subjetiva, fornece a possibilidade de melhor avaliar a veracidade das informações obtidas de outras

fontes (Minayo, 2000). Neste sentido, as observações realizadas durante as reuniões, encontros, conversas informais e a própria convivência com os agricultores e outros atores locais trazem ricos subsídios e dados importantes sobre o objeto de pesquisa, além de considerar a experiência prática das autoras com o tema (Gelbcke, 2006).

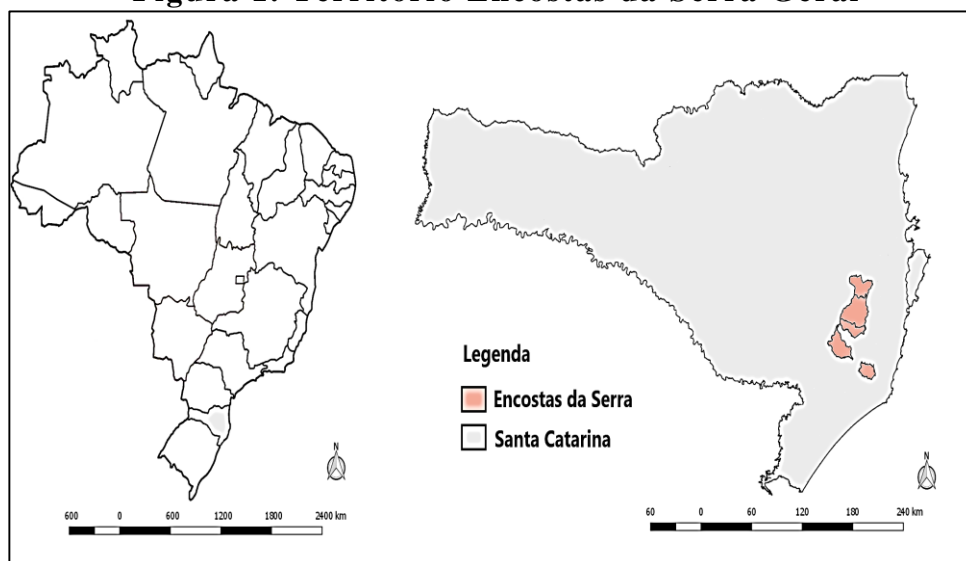
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No desenvolvimento desta seção, delineou-se o protagonismo e a resiliência na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC), com enfoque nos elementos impulsionadores das estratégias de resiliência da organização frente à crise gerada pela Covid 19 e nos princípios do Turismo de Base comunitária (TBC), sobretudo quanto ao trabalho em rede e fortalecimento dos laços associativos.

4.1 Acolhida na Colônia, Protagonismo e Resiliência

A AAAC foi fundada em 1999, no território das Encostas da Serra Geral (Figura 1) em Santa Catarina, através de uma parceria com a Associação francesa *Accueil Paysan*⁵, com o intuito de oportunizar qualidade de vida e alternativa de renda para os agricultores familiares.

Figura 1. Território Encostas da Serra Geral



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Destaca-se que nas Encostas da Serra Geral, desde meados da década de 1990, iniciava-se um processo de reflexão amplo sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável do território, eminentemente rural. O agroturismo despontava,

⁵ *Accueil Paysan* é uma rede internacional que está presente em 31 países, tendo como objetivo a manutenção da agricultura familiar (<https://www.accueil-paysan.com/fr/que-faisons-nous/international/>).

junto com a produção orgânica e as agroindústrias familiares, como uma das bases do tripé de atividades pluriativas capazes de promover tal desenvolvimento sustentável. A AAAC foi criada com a participação efetiva dos agricultores familiares, que refletiram sobre o tipo de turismo que desejavam desenvolver, e elaboraram uma carta de princípios que norteia o trabalho da organização em todas as regiões em que atua, no Sul e Sudeste do Brasil. Desta carta de princípios, destaca-se o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, o compartilhamento de experiências e o trabalho em rede. Esses princípios seguem sendo fundamentais para o trabalho desenvolvido e contribuíram para o processo de resiliência dos associados frente à Covid-19.

A clareza da AAAC com relação aos seus objetivos, a construção de uma metodologia própria para desenvolver o agroturismo em pequenos municípios rurais, e os benefícios alcançados pelos agricultores protagonistas fizeram da organização uma referência, despertando o interesse de agricultores e poder público de outros municípios catarinenses. Com apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, e posteriormente, dos Ministérios do Turismo, do Desenvolvimento Agrário (MDA) e outros parceiros, a AAAC expandiu sua área de atuação dentro e fora do estado de Santa Catarina. Hoje a organização atua em 26 municípios catarinenses e na cidade de São Paulo, e reúne aproximadamente 150 famílias associadas. O reconhecimento do trabalho desenvolvido e dos resultados positivos da experiência é comprovado através de vários prêmios.

Vale ressaltar a incidência política da AAAC, para o reconhecimento e legalização da atividade turística na agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. Através da sua articulação com outros parceiros foi criada a Lei de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) nº 14.361 de 25 de janeiro de 2008 (Santa Catarina, 2008), e mais recentemente, o decreto nº 1.559 de 03 de abril de 2018 do Microprodutor Rural (Santa Catarina, 2018). A Lei TRAF reconhece o agroturismo como uma atividade da propriedade agrícola e, o decreto, a emissão de documento fiscal - nota eletrônica de microprodutor - para os serviços de hospedagem, alimentação, venda de produtos, sem que o agricultor perca sua condição de agricultor familiar e os benefícios de seguridade social vinculados à esta categoria.

O reconhecimento da AAAC e o interesse conquistado ao longo desses 20 anos se deve, em grande parte: ao trabalho em rede; à capacidade da entidade em estabelecer parcerias (no âmbito local, regional, estadual, nacional e mesmo internacional); à carta de princípios que orientam a organização; ao protagonismo dos agricultores e; ao desenvolvimento do turismo enquanto atividade complementar e vinculada à produção agrícola. Esses são alguns dos fatores que têm contribuído para o processo de resiliência da associação frente

à crise gerada pela Covid-19, cujo alerta se deu em meados de março de 2021.

4.2. Estratégias de resiliência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

No início da pandemia em Estado de Santa Catarina, o governo agiu rapidamente, instituindo decretos para o fechamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços (com exceção da venda de produtos alimentícios, farmacêuticos e de necessidade básica). Na AAAC 100% das propriedades associadas fecharam suas portas, sofrendo duas perdas importantes de renda, aquela proveniente dos serviços turísticos (alimentação, hospedagem, atividades pedagógicas e de lazer) e da venda direta dos produtos agrícolas nas propriedades através do turismo, que para vários associados corresponde a uma parcela significativa da renda familiar. Ao mesmo tempo, canais de comercialização como as feiras e as compras institucionais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também foram afetados pela suspensão das feiras e fechamento das escolas. Referente ao PNAE, a Lei 11.947/2009, dispõe que 30% do valor repassado pelo Programa deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (Brasil, 2009).

A primeira reação dos agricultores da AAAC frente à crise imputada pela Covid 19 veio da parte de um grupo de associados das Encostas da Serra Geral, que com apoio da equipe técnica, rapidamente se organizou para comercializar produtos orgânicos e artesanais diretamente para grupos de consumidores na cidade de Florianópolis e municípios vizinhos. Algumas regras foram estabelecidas internamente e divulgadas aos consumidores, entre elas: entregas quinzenais; comercialização de produtos orgânicos e artesanais produzidos pelos associados; utilização do máximo de ingredientes orgânicos nos produtos artesanais; interdição de ingredientes transgênicos; constituição de grupos de consumidores organizados (com pontos de entrega e partilha dos produtos); pedidos mínimos de R\$ 500,00 por grupo de consumidores.

Com as regras estabelecidas, o passo seguinte foi a mobilização de uma rede de potenciais consumidores, dos quais fazem parte os próprios turistas. Os laços afetivos dos associados com seus clientes, e as relações de confiança pré-estabelecidas incentivaram essas pessoas a mobilizarem amigos, vizinhos e familiares no intuito de auxiliar os agricultores, e constituir grupos de consumidores, participando como corresponsáveis pela recepção e partilha dos produtos.

No início foram cinco famílias agricultoras envolvidas nesta iniciativa, alcançando um valor total de venda próximo a R\$ 3.000,00 por entrega. Mediante um trabalho de divulgação através das redes sociais, e do empenho dos próprios

consumidores, o número de clientes e o valor das compras se ampliou, alcançando em média R\$ 9.000,00 nos meses subsequentes. A experiência, batizada como Programa da Horta à Mesa se expandiu, primeiro envolvendo mais associados das encostas da Serra Geral, depois outros da Serra Catarinense com o objetivo de diversificar a oferta, escoar a produção reprimida pela Covid-19 e beneficiar um maior número de associados.

Posteriormente, experiência semelhante foi desenvolvida por outro grupo de associados, desta vez com entregas no norte do Estado de Santa Catarina, envolvendo associados dos municípios de Campo Alegre, Corupá e São Bento do Sul, totalizando mais de 30 famílias entre as duas experiências. Apesar da venda direta aos consumidores, por meio de entregas a domicílio, não ser uma novidade, visto que é uma alternativa adotada por vários agricultores, o foco da análise dessa experiência são os elementos do TBC, adotados pela organização, que levaram a rápida organização e sucesso da iniciativa, que permitiu aos associados da AAAC enfrentarem a crise promovida pela Covid 19. Ao mesmo tempo, analisar os elementos do TBC que contribuíram para retomada da atividade agroturística, enquanto grande parte do setor do turismo ainda sofria com as restrições e consequências causadas pela pandemia.

Diversos elementos que caracterizam o TBC, contribuíram com o processo de resiliência da AAAC frente a Covid-19, dos quais serão destacados os estruturantes nas estratégias identificadas. Destaca-se que a autogestão e a cooperação adotados pela organização são elementos transversais e deram sustentação ao processo observado no estudo de caso.

O primeiro elemento do TBC, promotor do processo de resiliência na AAAC está relacionado a concepção do agroturismo enquanto estratégia de salvaguarda da agricultura familiar, com o objetivo de valorizar seu modo de vida, sua produção e gerar renda complementar à agricultura. Enquanto estratégia, e não atividade-fim, os agricultores ofertam serviços de alimentação, hospedagem, atividades educativas e de lazer relacionadas ao meio em que vivem e alinhadas à produção agrícola agroecológica. O agroturismo enquanto atividade complementar à produção é tema de debates desde os primórdios da organização, embora não seja uma realidade unânime entre os associados. Para a AAAC, a pluriatividade é uma estratégia importante de manutenção da agricultura familiar, e o turismo, uma atividade facilmente afetada por crises econômicas - por não estar entre as necessidades básicas, como a alimentação, a saúde, a moradia e a educação - razão pela qual a atividade agrícola deve ser mantida. A clareza com relação a este princípio do TBC por parte dos associados foi primordial para que, frente ao fechamento das propriedades aos visitantes, eles conseguissem organizar uma estratégia de mercado para os produtos agrícolas, adaptada ao contexto de pandemia.

Costa e Sonaglio (2020) afirmam que abordar o tema da resiliência no turismo requer inicialmente trabalhar o conceito e sua forma de atuação com os atores envolvidos na atividade, e sua capacidade de adaptação às crises. Embora o conceito de resiliência não esteja explícito nos debates, a manutenção das atividades agrícolas enquanto estratégia de enfrentamento às crises no turismo, vêm sendo adotada pela maioria dos associados.

No mesmo sentido, o fomento ao agroturismo junto aos associados busca considerar questões como: menor investimento possível, adaptação de estruturas existentes, mão de obra disponível nas propriedades e capacidade dos agricultores conciliarem o turismo com a produção agrícola. Tais cuidados servem como precaução, pois o agroturismo nem sempre é uma atividade bem-sucedida, em função da dificuldade de algumas famílias se adaptarem à nova atividade, e os desafios de desenvolver turismo em pequenos municípios rurais cuja infraestrutura como estradas, internet, sinalização, receptivos, atrativos, entre outros é bastante precária. O cuidado no incentivo ao agroturismo está na base da organização, que tem a preocupação de fomentar a funcionalidade, e não a especialização no agroturismo.

Na fase inicial da pandemia, quando as propriedades foram obrigadas a fechar as suas portas aos visitantes, essa questão ficou muito evidente. Aquelas famílias que priorizam o turismo em detrimento da produção agrícola foram as mais afetadas economicamente, e também as primeiras que se viram obrigadas a retomar as atividades turísticas, mesmo em período de incertezas. As famílias que mantêm a produção agrícola ativa tiveram duas vantagens nesse período. A segurança alimentar e nutricional das famílias em período de escassez econômica, já que a maioria dos agricultores tem uma produção diversificada para atender o consumo familiar e dos turistas. Também o acesso a um mercado diferenciado, em função da opção pela produção orgânica incentivada dentro da AAAC, facilitando a comercialização dos produtos face a preocupação dos consumidores com a saúde e à alimentação saudável, garantindo o sucesso do Programa da Horta à Mesa.

Os princípios norteadores do TBC também influenciaram na retomada da atividade, ainda em período de pandemia, mostrando o potencial de resiliência dessa forma de desenvolver o turismo. De maneira geral, assim que se deu início à flexibilização para os serviços de hospedagem, aumentou a procura por destinos mais próximos, em meio à natureza e que ofertassem serviços mais individualizados. A AAAC respondeu bem a essa demanda, visto que as propriedades estão inseridas em espaços rurais, de municípios pequenos em sua maioria, e menos atingidos pelo Covid-19, tornando-se um destino desejado, inclusive como espaços de moradia temporária.

Considerando os princípios do TBC é possível tecer alguns comentários sobre os princípios que contribuíram para o processo resiliente de retomada do turismo na AAAC. Antagônico ao turismo de massa, o TBC se propõe a disponibilizar atividades e serviços em pequena escala, através de vivências autênticas e autóctones (Vásquez & Villegas, 2022) que valorizem saberes e modos de vida através do compartilhamento de experiências. Para a AAAC o trabalho sempre esteve alicerçado nas relações de transparência e confiança, entre os próprios agricultores e, entre os mesmos e os turistas.

A forma como ocorre o atendimento na propriedade, e o contato direto entre visitantes e proprietários possibilita essa relação de troca de experiência e vínculos de amizade e solidariedade, que foram reafirmadas durante na retomada da atividade em período de pandemia. Além de um contato mais direto, visto o processo de carência emocional que as pessoas estavam enfrentando em função do isolamento, as propriedades da AAAC também ofereciam segurança sanitária através de um atendimento mais individualizado e ao fato dos visitantes realizarem atividades ao livre, sem preocupações de contágio.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos associados estão: trilhas ecológicas, cavalgada, cicloturismo, turismo pedagógico, atividades relacionadas a rotina da propriedade (tirar leite da vaca, recolher ovos, etc.), oficinas de roscas, bolachas e pães, colha e pague. Estas e outras atividades atendem bem o público que visa estar em contato com a natureza, sair da rotina de estresse do dia a dia, satisfazer necessidades de repouso, lazer e recreação, conhecer os hábitos e costumes dos agricultores, a culinária típica regional, entre outros.

O protagonismo comunitário, a transparência, a partilha cultural, o estímulo à reflexão e ao aprendizado são princípios do TBC que fazem com que a AAAC se diferencie de outras iniciativas de turismo rural. Com base nas ações coletivas, o maior potencial do TBC está na participação da comunidade no fazer a atividade turística que expresse seus desejos e suas aspirações sociais. A partir de uma construção coletiva em busca de melhor qualidade de vida, o TBC apresenta-se como parte integral do desenvolvimento sustentável do turismo (Gómez et al., 2015; Moraes, Mendonça & Pinheiro, 2017; Sampaio & Zamignan, 2012).

A partir da reflexão dos autores supracitados, pode-se afirmar que a sustentabilidade ambiental, social e econômica do agroturismo protagonizado pela AAAC, responsáveis pela resiliência dos atores frente à crise, foi pensada e planejada pelos associados desde sua constituição, tornando-se essenciais no período de pandemia. Além de ser proposto como uma complementação à atividade agrícola, capaz de valorizar e fortalecer a produção agropecuária, o agroturismo da Acolhida propõe o trabalho em rede, a opção pela agroecologia, pelo bem-

estar e qualidade de vida da família empreendedora em primeiro lugar e a segurança alimentar. Os mecanismos socioculturais (identidade do grupo por serem agricultores), a necessidade de buscar alternativas de renda para a manutenção no campo, o histórico de viver adversidades com relação à produção convencional, fazem da AAAC um modelo de resiliência e inovação diante do presente contexto de crise provocada pela pandemia.

4.3. Trabalho em rede e fortalecimentos dos laços associativos

A opção da AAAC por trabalhar em rede e de forma associada, é um importante elemento para a rápida resposta dos agricultores frente à Covid-19. A interrelação entre as famílias, e as relações de confiança estabelecidas ao longo dos vinte anos de existência facilitaram a organização do Programa da Bota à Mesa. Os princípios estabelecidos pela organização para o desenvolvimento do agroturismo, foram naturalmente mobilizados na iniciativa das cestas, com destaque para: a complementaridade de produtos, visando a ampliação da oferta, sem criar concorrência; a solidariedade entre as famílias participantes priorizando, em caso de produtos semelhantes, aquelas mais necessitadas ou com maior dificuldade no escoamento da produção; a qualidade dos produtos ofertados, com foco nos orgânicos in natura, artesanais com o máximo possível de ingredientes orgânicos e a proibição de produtos transgênicos; a tomada horizontalizada de decisão sobre as regras e forma de funcionamento das cestas, através de reuniões periódicas de avaliação com todos os integrantes do grupo.

Destaca-se que, cada um desses princípios foi discutido para fortalecer o trabalho associativo dentro da AAAC, e serve para nortear a atuação individual e coletiva dos associados. A internalização de tais princípios por parte dos associados orientou o estabelecimento das regras, sem conflitos de interesse. Esta é uma contribuição do TBC à iniciativa das cestas, visto que o TBC consiste em uma organização baseada em autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, e em práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados (Maldonado, 2006; Palacios, 2016).

O espírito comunitário também se fez presente com o objetivo de diversificar a oferta. Aqueles produtos que eram feitos apenas para servir à mesa para os turistas, a exemplo dos pães, bolos, bolachas, manteiga ghee, pestos, macarrão caseiro, molhos de pimenta, entre outros, passaram a ser produzidos para compor as cestas. A oferta de tais produtos foi uma estratégia pensada coletivamente, e é analisada pelo grupo antes de ser adicionada à lista de distribuição, com o intuito de avaliar se não fere as regras pré-estabelecidas. A prioridade por produtos orgânicos, também gerou uma organização para compras

coletivas de determinados ingredientes, além de fomentar a própria comercialização entre as famílias envolvidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico de coleta de dados, adotado nesta pesquisa, possibilitou a realização de pesquisa bibliográfica e de dados secundários nos temas resiliência, turismo de base comunitária e Covid-19 e a observação participante junto à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC), em Santa Catarina.

O TBC aparece como uma nova oportunidade de trabalho para estes agricultores, por meio da prestação de serviços de hospedagem, alimentação ou lazer. Assim, a atividade turística no espaço rural, ocorre como uma fonte de renda complementar para as famílias de agricultores, mantendo sua originalidade e preservando o patrimônio cultural e a melhoria nas condições de vida no campo. Contudo, a partir da pandemia do Covid 19, outras atividades ganharam ainda mais destaque e os agricultores buscaram novas alternativas para gerar renda e dinamizar a produção e a venda de cestas com produtos coloniais e artesanais.

Os princípios da cooperação e do trabalho em rede, ocorrem com a troca de experiência entre os membros, o convívio e a parceria com entidades, permitem a potencialização das ações na comercialização de cestas de produtos orgânicos e artesanais. Ou seja, a partir da sensibilização e mobilização de uma rede de potenciais consumidores (turistas mais conhecidos e amigos), favorecida pelos laços afetivos dos associados com seus clientes, e pelas relações de confiança pré-estabelecidas, ocasionou o surgimento de pequenos grupos de consumidores.

O conceito de resiliência fica evidente a partir do reconhecimento dos princípios da AAAC, por meio de uma ação de articulação e mobilização interna, visando escoar os produtos e manter uma fonte alternativa de renda para as famílias de agricultores. Entre os princípios da AAAC, destaca-se o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, o compartilhamento de experiências e o trabalho em rede. Ressalta-se que esses princípios seguem sendo fundamentais para o trabalho desenvolvido e contribuam para o processo de resiliência dos associados frente à Covid-19, pois o trabalho associativo resulta em ações coletivas e na geração de ideias inovadoras, além de suprir a falta de mão de obra, sendo esta uma das muitas dificuldades encontradas no meio rural.

Destaca-se que o planejamento da AAAC é interno, não depende de gestores de Municípios, Estado e Região. Embora micro, existe um trabalho em rede e uma preocupação com a capacitação e formação que contribuem ao enfrentamento de crises (manutenção da agricultura, princípios de agroecologia,

produção diversificada, melhoria de estruturas em primeiro lugar para família, segurança alimentar, sistemas agroecológicos resilientes a mudanças climáticas, entre outros). Neste sentido, o planejamento ou adoção interna de princípios de sustentabilidade, favorecem a realização de um turismo de baixo impacto ambiental, fazendo com que os associados não dependam do planejamento da gestão pública. Esta também é uma forma de resiliência que, com base em objetivos semelhantes à sustentabilidade (justiça e equidade social), visa o desenvolvimento do turismo comunitário, buscando se adaptar e superar as faltas que políticas e gestão pública podem provocar.

Apesar das dificuldades ocasionadas pelo contexto atual do período da pandemia, o TBC e a AAAC, têm se mantido no território devido a forte articulação entre as lideranças, parcerias com as instituições de ensino e a manutenção da metodologia realizada pela equipe técnica do projeto. Em termos de perspectivas e desafios futuros, jaz a promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, bem como o incentivo a diversificação da oferta turística e a ampliação dos canais de comercialização e distribuição dos produtos orgânicos e artesanais.

Neste sentido, o TBC compre sua função por meio de um melhor aproveitamento dos aspectos produtivos e de fortalecimento da agricultura familiar, da pesca, do extrativismo, entre outros, contribuindo com a geração de renda e melhoria na qualidade de vida das comunidades tradicionais, além de favorecer e ampliar as formas de consumo e de estimular o espírito inovador das famílias de agricultores.

Conclui-se que dentre as principais contribuições dessa pesquisa, situa-se a identificação do Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma oportunidade vital para a diversificação de fontes de renda dos agricultores, evidenciando sua resiliência durante a pandemia. Princípios de cooperação e autonomia no planejamento interno enfatizam uma abordagem sustentável, fortalecendo a agricultura familiar. Contudo, as limitações, como a falta de entrevistas com associados e clientes, apontam para futuras pesquisas sobre a replicabilidade dessas práticas em diferentes contextos, considerando a evolução contínua do TBC durante e após a pandemia. Além das contribuições acadêmicas. Acerca das discussões sobre a resiliência em iniciativas de TBC, vale destacar que a AAAC tem um protagonismo na elaboração de políticas públicas tendo em vista os princípios bem desenvolvidos e a metodologia replicável à diferentes realidades.

6. REFERENCIAS

- Accueil Paysan. (2022). *La Campagne À Bras Ouverts*. Recuperado de <https://www.accueil-paysan.com/fr/que-faisons-nous/linternational>
- Adger, W. N. (2000). Social and ecological resilience: Are they related? *Progress in Human Geography*, 24(3), 347–364. <https://doi.org/10.1191/030913200701540465>
- Almeida, T. C. & Emmendoerfer, M. L. (2023). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 1-21. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163>
- Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. (2022). *Acolhida na Colônia*. Recuperado de <https://acolhida.com.br/>
- Bauer, R. C., & Netto, A. P. (2014). Princípios do slow travel aplicados ao lazer turístico contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 1(2), 23-38.
- Beni, M. C. (2012). Cluster de turismo. In: Beni, M. C. (Org.) *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. São Paulo: Editora Manole.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community-based tourism. *Community Development Journal*, 40(1), 39–49. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsi005>
- Blandtt, L. da S. (2009). *Da resiliência à sustentabilidade: análise do sistema ecológico-social em comunidades rurais da Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: UFPA.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2010). Turismo rural: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>
- Brasil, Ministério do Turismo. (2020). *Coronavírus: informações para o setor de viagens/medidas do governo federal* [online]. Recuperado de <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13422-cartilhadoministC3%A9rio-do-turismo-lista-a-%C3%A7%C3%B5es-de-apoio-contracoronav%C3%ADrus.html>
- Brusadin, L. B., & Netto, A. P. (2016). La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. *Estudios y perspectivas en turismo*, 25(4), 520-538.
- Bursztyn, I, Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem.
- Cardoso, R. C. L. (1988). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: Cardoso, R. *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra.

- Carpenter, S.R., Walker, B., Anderies, J.M., & Abel, N. (2001). Da metáfora à medição: resiliência de quê a quê? *Ecossistemas*, 4(8), 765–781. <https://doi.org/10.1007/s10021-001-0045-9>
- Costa, H. A., Nascimento, E. P., Hoffmann, V. E., & Bouças da Silva, D. L. (2017). ¿Por qué cooperan las micro y pequeñas empresas turísticas? *Estudios y perspectivas en turismo*, 26(4), 781-803.
- Costa, S. P., & Sonaglio, K. E. (2020). Análisis del comportamiento resiliente de los gestores de turismo. *Estudios y perspectivas en turismo*, 29(2), 331-348.
- De Lourdes, I. C. (2023). Turismo rural, sustentabilidade e educação ambiental: uma revisão sistemática. Cenário. *Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 10(2), 206-220.
- Espinier, S., Orchiston, C., & Higham, J. (2017). Resilience and sustainability: A complementary relationship? Towards a practical conceptual model for the sustainability–resilience nexus in tourism. *Journal of sustainable tourism*, 25(10), 1385-1400.
<http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2017.1281929>
- Fabrino, N. H., do Nascimento, E. P., & Costa, H. A. (2017). Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3).
- Fantini, A., Rover, O. J., Chiodo, E. & Assing, L. (2018). Agroturismo e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” - SC/Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, p. 517-534. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560310>
- Faxina, F., & Freitas, L. B. A. (2021). Análise de implantação do turismo de base comunitária em Terra Caída, Sergipe, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 23(1), 242-262. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>
- Freitas, L. B. A., & Lima, L. B. B. de M. (2020). Hierarquização de atrativos turísticos em Aracaju e Ilha Mem de Sá, Sergipe. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 10(2), 105-122. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.181>
- Fuentes-Moraleda, L., Muñoz-Mazón, A., & Rodríguez-Izquierdo, S. (2016). El turismo solidario como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas solidarios. *Cuadernos de turismo* (37), 227-242. <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.37.256221>
- Galvani, A., Lew, A. A., & Perez, M. S. (2020). COVID-19 is expanding global consciousness and the sustainability of travel and tourism. *Tourism Geographies*, 22(3), 567-576. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1760924>
- Gelbcke, D. L. (2006). *Agroturismo e produção do espaço nas encostas da Serra Geral: entre a idéia e a prática*. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Gil, A. C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Sexta edição. São Paulo: Atlas.
- Gómez, C. R. P., Falcão, M. C., Castillo, L. G., Correia, S. N., & Oliveira, V. M. (2015). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1213-1227. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6333383>

- Graciano, P.F.; Holanda, L.A. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 161-179. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>
- Grimm, I. J. & Sampaio, C. (2011). Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, 19, 57-68.
- Guzzatti, T. C. (2010). *O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)*. Tese doutorado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2019). Turismo de base comunitária. Recuperado de http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs.pdf
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: Melillo, A. & Ojeda, E. N. S. (Eds.) *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R; Sansolo, D.G.; Burszty, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem, Rio de Janeiro.
- Jones, P., & Comfort, D. (2020). The role of resilience in research and planning in the tourism industry. *Athens journal of tourism*, 7(1), 1-16. <https://doi.org/10.30958/ajt.7-1-1>
- Leite, J. C. L., dos Santos, S. R., & Leite, Â. R. L. (2020). Os impactos econômicos da Covid-19 no setor de turismo do Maranhão. *Revista Turismo & Cidades*, 2, 104-122.
- Lencastre, C. (2020). *O futuro do turismo na era pós-covid-19*. Recuperado de <https://projetocolabora.com.br/ods12/o-futuro-do-turismo-na-era-pos-covid-19/>
- Lew, A. A., Cheer, J. M., Haywood, M., Brouder, P., & Salazar, N. B. (2020). Visions of travel and tourism after the global COVID-19 transformation of 2020. *Tourism Geographies*, 22(3), 455-466. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1770326>
- Lew, A. A., Ng, P. T., Ni, C. (Nickel), & Wu, T. (Emily). (2016). Community sustainability and resilience: similarities, differences and indicators. *Tourism Geographies*, 18(1), 18-27. <https://doi.org/10.1080/14616688.2015.1122664>
- Lima, F. B. C., & Silva, Y. F. (2019). Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(2).
- Lima, M. A. G.; Irving, M. A.; Oliveira, E. (2022). Institutional Work Affecting Institutions in a Tourism Cluster. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e-2094. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094>
- Lopes, A., & Rodrigues, E. (2009). O Turismo Cultural no Desenvolvimento de Espaços Rurais: o caso das Terras do Demo. In *Proceedings 1st Cape Verde Congress of Regional Development/15th APDR Congress/2nd Portuguese Speaking*

- Congress of Regional Science/3rd Congress of nature Management and Conservation* (pp. 4199-42215).
- López-Guzmán, T., Sánchez-Cañizares, S., & Pavón, V. (2011). Community-based tourism in developing countries: a case study. *Tourismos*, 6(1), 69-84.
- López-Manzanares, A. F. A., & Sánchez-Mateos, H. S. M. (2017). El acceso a los destinos rurales: una perspectiva para la planificación territorial del turismo en una región de interior (Castilla-La Mancha). *Cuadernos de Turismo*, 40, 251-272. <https://doi.org/10.6018/turismo.40.309691>
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyń (Eds.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25–44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Mayaka, M., Croy, W. G., & Cox, J. W. (2018). Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(3), 416–432. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1359278>
- Minayo, M. C. de S. (2000) Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: Minayo, M. C. de S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Ed. 16. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, E. A., Mendonça, T. C. M., & Pinheiro, C. V. (2017). Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 11(1), 6-33.
- Okazaki, E. (2008). A community-based tourism model: its conception and use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511-529. <https://doi.org/10.1080/09669580802159594>
- Onyx, J., Edwards, M., & Bullen, P. (2007). The intersection of social capital and power: An application to rural communities. *Rural Society*, 17(3), 215-230. <https://doi.org/10.5172/rsj.351.17.3.215>
- Paiva, R. A. (2012). O turismo e as práticas socioespaciais. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(17/18), 1013-1024. <https://doi.org/10.34624/rtd.v2i17/18.13045>
- Palacios, C. G. (2016). Turismo comunitário em Ecuador: ¿Quo Vadis? *Estudios y Perspectivas em Turismo*, 25(4), 597-614.
- Panosso Netto, A., Oliveira, J. L. S., & Severini, V. F. (2020). Do overtourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo E Território*, 8(14), 17-34. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.32002>
- Pilquimán-Vera, M. (2016). El turismo comunitario como una estrategia de supervivencia: Resistencia y reivindicación cultural indígena de comunidades mapuche en la Región de los Ríos (Chile). *Estudios y perspectivas en turismo*, 25(4), 439-459.
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H. (1999). *The experience economy: work is theatre & every business a stage*. Harvard Business Press, 254p.
- Turisol, Rede (2020) *Turismo de base comunitária*. Recuperado de https://issuu.com/raizesds/docs/livro_turisol_final_web

- Roque, A. (2009). Turismo Rural: do real ao imaginário. Projeto de Doutorado. Portugal: Universidade de Aveiro. Recuperado de file:///Users/marineswalkowski/Downloads/TURISMO%20RURAL_%20DO%20REAL%20AO%20IMAGIN%C3%81RIO%20UMA%20QUEST%C3%83O%20DE%20EXPERI%C3%81NCIA.pdf
- Sampaio, C. A. C., & Zamignan, G. (2015). Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do rio Sagrado, Morretes (PR). *Cultur-Revista de Cultura e Turismo*, 6(1), 25-39.
- Santa Catarina. *Decreto nº 1.559 de 03 de abril de 2018*. Regulamenta o art. 5º da Lei nº 16.971, de 2016, que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Recuperado de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=358642>
- Santa Catarina. *Lei Nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008*. Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina. Recuperado de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=414171>
- Santos, S. R., Silva, G. P. F., Santos, J. S., & Freitas, L. B. A. (2021). Turismo e o contexto pandêmico: análise sobre os tours virtuais nas redes sociais oficiais do destino turístico Maranhão (Brasil). *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 11(1), 223-238. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.199>
- Settis, S. (2020). *Si Venecia muere*. Madrid: Turner.
- Silva, F. de P. S., & Martins, L. C. de A. (2012). Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. *Sustentabilidade Em Debate*, 3(2), 61–70. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v3n2.2012.8127>
- TUCUM. Rede Brasileira de Turismo Comunitário. (2020). II International Seminar on Sustainable Tourism – ISST / REN, Fortaleza.
- TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. (2020). Recuperado de <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>
- Tyrrell, T. J., & Johnston, R. J. (2008). Tourism Sustainability, Resiliency and Dynamics: Towards a More Comprehensive Perspective. *Tourism and Hospitality Research*, 8(1), 14–24. <https://doi.org/10.1057/thr.2008.8>
- UNWTO. World Tourism Organization. (2019). *World Tourism Barometer and Statistical Annex, Update*, 17(4), november.
- UNWTO. World Tourism Organization. (2020). *Impact Assessment of the COVID-19 Outbreak on International Tourism* [online]. Recuperado de <https://www.unwto.org/tourism-data/international-tourism-and-covid-19>
- Vásquez, D. E. G., & Villegas, Y. A. T. (2022). Co-evaluación de las condiciones de viabilidad en iniciativas de turismo comunitario en Colombia. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20(4), 837-857. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.056>

- Walker, T. B., Lee, T. J., & Li, X. (2021). Sustainable development for small island tourism: developing slow tourism in the Caribbean. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 38(1), 1-15. <https://doi.org/10.1080/10548408.2020.1842289>
- Walkowski, M. C., Damo, M. R. S., & Loch, C. (2017). Projeto Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina-SC: um território de identidade e turismo sob a ótica da linguagem de Padrões. *Turismo- Visão e Ação*, 19(2), 319-347. <https://doi.org/10.14210/rtva.v18n2.p319-347>
- WTTC. World Travel and Tourism Council. (2020). WTTC now estimates over 100 million jobs losses in the Travel & Tourism sector and alerts G20 countries to the scale of the crisis Recuperado de <https://wttc.org/News-Article/WTTC-now-estimates-over-100-million-jobs-losses-in-the-Travel-&-Tourism-sector-and-alerts-G20-countries-to-the-scale-of-the-crisis>.